

Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar

2ª. Conferência



ANEXOS

Nota do Editor: O Senhor Coronel João Craveiro Lopes, no decorrer dos debates, comprometeu-se em fazer chegar aos organizadores alguns documentos e comentários relativos à acção de seu Pai, o General Craveiro Lopes, presidente da República, que complementassem as afirmações que fizera, promessa que cumpriu.

Juntam-se em anexo os textos que nos endereçou:

Anexo A – Factos ocorridos no último ano do mandato presidencial;

Anexo B – Comentário à carta que o General Humberto Delgado enviou ao Presidente da República em 12 de Junho de 1958;

Anexo C – Comentários a alguns extractos do livro «Portugal, 50 anos do fim» da autoria de Jaime Nogueira Pinto, Lx, 1976

**Factos ocorridos no último ano do mandato do General
Craveiro Lopes na Presidência da República**

O envelope cuja fotocópia junto¹ foi encontrado num “dossier” que pertencia ao Presidente da República, o qual não tive ocasião de consultar na altura, em virtude de sucessivas comissões na Guerra de África. Apresentava-se devidamente lacrado e assinado nas junções pelo Dr. Luís Pereira Coutinho, Secretário-geral da Presidência da República, que também dactilografou os documentos contidos no seu interior.

Estes constam de projectos de dois decretos² que, eventualmente, seriam apresentados ao Presidente do Conselho, dando a estas alternativas para a sua execução. Continha, também, um modelo de proclamação a dirigir ao País, nos termos do Artº 79 da Constituição, de renúncia ao cargo de Presidente da República³.

A elaboração destes documentos teve origem em factos muito graves, que passo a relatar de memória, resultantes de uma situação em que colocaram o Presidente da República que, sentindo que não tinha os apoios suficientes para ultrapassar uma situação que lhe foi criada pelos “ultras” do Regime tendo a frente o Coronel Santos Costa, e a “condescendência” do próprio Salazar, decidiui mandar elaborar os projectos e a referida Proclamação.

De tudo o que se passou e que é do meu conhecimento, devo concluir o seguinte:

a) À medida que o tempo ia passando, o Presidente da República que, nos primeiros tempos do seu mandato se entendia bastante

1 Adenda 1

2 Adenda 2

3 Adenda 3

bem com o Presidente do Conselho, visitando-o este, todos os Domingos de manhã onde relatava os acontecimentos que se tinham verificado na semana anterior, e comunicava as diligências a efectuar proximamente, combinando com o Presidente da República aquelas em que este seria convidado pelos ministros respectivos a comparecer. Ao princípio, como era natural, um tanto reservado mas, à medida que o tempo ia passando, apesar de uma certa frieza, foi-se tomando bastante afável e sempre de uma correcção inexcedível, parecendo ter apreço pelo modo como o Presidente da República exercia as suas funções.

No entanto o Presidente da República procurava não se limitar à sua actuação meramente representativa. Sempre que recebia os ministros, trocava impressões e informava-se sobre as suas áreas de actuação. Entre os que com mais frequentemente falava, encontravam-se o Ministro do Interior, Trigo de Negreiros, o das Obras Públicas, Arantes e Oliveira e o da Marinha, Américo Tomás e, também o da Presidência, Marcelo Caetano que, sempre que o visitou com vista a algum acontecimento oficial encontraram grande coincidência de pontos de vista, relativamente a assuntos delicados como a lei de imprensa e outros. Chegou-se ao ponto de dizer “que o Presidente da República intervinha demasiadamente na Administração”.

Por outro lado o Presidente da República, recebia, também os Generais e outros militares que se queixavam, frequentemente, das arbitrariedades do Coronel Santos Costa, na altura, Ministro da Defesa e que deu origem a intervenção do Presidente da República, como adiante veremos...

Entre estes, destaco os Generais Lopes da Silva, Meira e Cruz, Valente de Carvalho e, no último ano do seu mandato 1957-58), os Generais Botelho Moniz e Humberto Delgado.

Ainda, o Coronel Mário Cunha, Comandante Geral da PSP e grande amigo desde os tempos do Colégio Militar, era quem mantinha informado o Presidente da República nas suas visitas diárias ao Palácio de Belém.

Por fim, o Presidente da República não sendo propriamente um político, manifestando frequentemente a sua posição como essen-

cialmente “um militar a desempenhar temporariamente, mais uma missão de serviço”, tinha uma cultura geral apreciável, derivada das funções que exerceu ao longo da sua vida. Desde Presidente das Câmaras de Sintra e de Nova Goa na Índia - na época em que estes cargos não eram remunerados - até a Deputado da Assembleia Nacional, a Comandante da Legião e Professor do Instituto de Altos Estudos Militares. Experiência administrativa, também obteve desempenhando os cargos de Governador de Damão e Governador interino do Estado da Índia Portuguesa. Esteve em África e na Índia por duas vezes. Tirou cursos em França e foi à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos negociar a presença destes países na Base Aérea dos Açores. Tudo isto e o facto de ler a imprensa estrangeira (Financial Times e Le Monde) e livros sobre História e da evolução do Mundo, constituiu a base que lhe deu possibilidades de conviver, com dignidade com as grandes “cabeças” do Regime.

b) Nos últimos anos do seu mandato, especialmente depois da viagem ao Brasil, a sua posição no cargo ter-se-á firmado na opinião pública e depois da viagem a Inglaterra - que Salazar pretendia que o Presidente da República fosse acompanhado por uma comitiva que incluísse a nobreza portuguesa, para melhor “movimentação” na Corte de S. James, o que não foi aceite, fazendo-se o presidente acompanhar de uma comitiva reduzida - tendo sido considerada uma viagem que obteve um êxito apreciável, a figura do Presidente da República e o aumento do seu prestígio terá provocado nas hostes do Regime uma certa preocupação, por “ameaçar” a incontestável preponderância do Chefe do Governo.

Justo será dizer que Salazar, não navegava, até essa altura, nas mesmas águas, ficando até muito satisfeito com o êxito da viagem, conforme manifestou pessoalmente ao Presidente da República nas conversas semanais, o que lhe terá sido relatado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof Paulo Cunha e até pelo seu amigo, Prof Mário de Figueiredo, que também tomou parte na viagem.

c) Tudo corria pelo melhor, até que o Prof Mário de Figueiredo foi ao Palácio de Belém, agradecer ao Presidente da República ter

sido convidado para fazer parte da Comitiva. A visita que podia ter durado uns quinze minutos, prolongou-se por algum tempo.

Embora o Presidente da República não tivesse especial simpatia pelo sujeito, a convivência proporcionada durante a viagem e o lugar importante que ocupava como segunda autoridade do Regime, justificava uma conversa mais longa que o que estava previsto, como aliás o Presidente da República sempre fazia, quando recebia personalidades importantes, especialmente quando eram ministros.

Durante a longa conversa, foi abordado o estado de instabilidade que a Nação atravessava e o futuro dos órgãos de soberania, começando pela posição do próprio Presidente da República e a do Presidente do Conselho. Da necessidade de se pensar, atempadamente, na substituição de um ou de outro, por ocorrência de qualquer circunstância fortuita, morte ou doença.

O nosso homem, assim que ouviu falar na hipótese da saída de Salazar do cargo que ocupava, perdeu por completo a serenidade, argumentando que seria uma catástrofe para o País se isso acontecesse, o que, aliás, era o modo de pensar da maioria dos “ultras” da época.

Convém esclarecer que estes, à frente dos quais se destacavam M. Figueiredo, Lumbrales, Santos Costa e outros, tinham de facto a ideia que “sem Salazar, seria o caos”, como se ele pudesse ser eterno! Parece impossível que homens considerados como o *suprassumo* das Universidades, e grandes “cabeças” do Regime pudessem pensar assim!

Parece que Salazar, muito mais realista, mas não querendo dar a impressão de apego ao poder, considerava que a sua presença dependia “da vontade do Senhor Presidente da República que, de acordo com a Constituição escolheria em consciência e liberdade, quem lhe parecesse mais indicado”...

Durante o mandato do General Craveiro Lopes, Salazar tantas vezes manifestou a vontade de deixar o cargo, por se sentir doente ou cansado que o Presidente da República deixou-se de reservas e resolveu abordar o assunto de um modo franco e aberto: Co-

meçou pela apresentação do seu próprio caso, da necessidade de se pensar atempadamente em quem o pudesse substituir, dando a conhecer a Salazar os nomes de 3 oficiais Generais das Forças Armadas que, em sua opinião, poderiam servir com dignidade o País. Por sua vez, o Presidente do Conselho terá dado a conhecer ao General Craveiro Lopes as personalidades que, em ocorrência de crise, pudessem ser consultadas e escolhidas. É natural que, entre estas, estivessem o Prof Marcelo Caetano, o Embaixador Franco Nogueira, Pedro Teotónio Pereira, com relevância para o primeiro, designado como o "Delfim"

Em conclusão, quando o General Craveiro Lopes mais tarde falou com o Prof M. Figueiredo sobre o assunto da eventual substituição de Salazar, o mesmo era já do conhecimento do Presidente do Conselho.

d) Em consequência da conversa de M. Figueiredo com o Presidente da República, surgia uma intriga já conhecida, que os "ultras" do Regime avolumaram de tal modo, que deu origem a movimentações militares provocadas pelo Ministro da Defesa, Coronel Santos Costa. Este, com quem M. de Figueiredo foi logo falar, dizendo "que o Presidente da República queria demitir o Presidente do Conselho" e Lumbrales, terão sido os principais causadores do mal-entendido. Por seu lado o Presidente da República, se não tivesse demonstrado bom senso e um sentido ético das suas funções, bem como uma correcta avaliação dos seus apoios, poderia ter provocado uma grave situação ao País, como mais tarde foi reconhecido pelo próprio Salazar- (Minhas Memórias de Salazar-Marcelo Caetano)

e) O Coronel Santos Costa actuou de imediato, convocando uma reunião de Comandos no QG do Governo Militar de Lisboa (Comandante General Valente de Carvalho) em que compareceram os Comandos do Exército, procurando que eles assinassem uma declaração em "que o Presidente Salazar só sairia do governo, por sua própria vontade, ou por morte". Parece que a maioria não

estava ciente do que se passava e não reagiu de imediato, porque não terá sido explicada a razão por que se pediam as assinaturas. Encontravam-se na reunião os Generais Lopes da Silva e Meira e Cruz, os quais não navegavam nas mesmas águas do ministro e, um deles, levantou-se e perguntou: “então e o Senhor Presidente da República?” Só eles se lembraram que aquela declaração tinha em vista tirar uma das poucas prerrogativas, que a Constituição garantia, ao Presidente da República! Gerou-se uma certa confusão e borborinho entre a assistência, tendo Santos Costa metido na pasta a declaração sem qualquer assinatura, sendo evidente que se pretendia empenhar os Comandos militares a tomar uma atitude que sorrateiramente, retirava ao Presidente da República uma das suas prerrogativas!

f) O General Craveiro Lopes, soube daquela reunião uns dois ou três dias depois por uma carta anónima, escrita por alguém que terá assistido à reunião e que não se quiz comprometer... Embora bastante céptico, por ser muito raro serem recebidas cartas dessa natureza, pediu ao Coronel Mário Cunha, Comandante-geral da PSP, para procurar saber o que se passava. Este, confirmou a realização da reunião, baseando-se em informações menos detalhadas que as acima descritas. O Presidente da República para ter elementos em que se pudesse basear, para uma eventual reacção, pediu ao General Valente de Carvalho, Governador Militar de Lisboa, de quem era amigo desde os tempos do Colégio Militar, para se deslocar ao Palácio de Belém, o qual confirmou o que acima se relata, alegando, no entanto, que não se apercebeu que a reunião pudesse atingir as prerrogativas do Presidente da República. O seu comportamento futuro, não deixou dúvidas sobre o lado para que pendia o seu apoio...

g) O Presidente da República de posse de informações seguras, deu conhecimento ao Presidente do Conselho, do que se tinha passado, alegando este desconhecer o assunto, “mas que se ia informar”.

No Domingo seguinte, Salazar relatou os acontecimentos da semana e preparava-se para se retirar dando a conversa por terminada, o General Craveiro Lopes perguntou: “um momento Senhor Presidente, então já se informou sobre a reunião de Comandos de que lhe falei?”. Salazar, visivelmente contrariado, procurou iludir a pergunta, respondendo evasivamente, como era seu costume, “que o caso não tinha a relevância que o Presidente da República lhe dava, possivelmente por estar mal informado”. O General Craveiro Lopes retorquiu que, “possivelmente, quem estava mal informado era o Senhor Presidente do Conselho, pois tinha chamado o Governador Militar de Lisboa, que lhe deu todas as informações sobre o caso. Que o Presidente do Conselho confirmasse o que se passou mandando chamar o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Botelho Moniz, “com quem, entretanto, contactou por intermédio de um seu Ajudante de Campo (Capitão Craveiro Lopes) e Ajudante de Campo do General Botelho Moniz (Capitão Bernardo de Sá Nogueira).

No Domingo seguinte, o Presidente do Conselho insistiu na mesma tese: “que não se devia dar ao caso a relevância assinalada, que se tinha informado com o Major Kaúlza de Arriaga e que a intenção não era a que o Presidente da República lhe atribuía”, etc, etc.

O General Craveiro Lopes disse-lhe “que não se conformava com a situação, que estava bem ciente do que o Ministro Santos Costa pretendia ao convocar a reunião de Comandos e que, portanto era de parecer que estaria em causa a presença do Coronel Santos Costa no Governo, a quem retirava a sua confiança!”. Mais, se entretanto não fosse tomada alguma decisão, “o ministro Santos Costa, não lhe aparecesse em qualquer cerimónia oficial”.

O Presidente da República insistiu para que se informasse junto do General Botelho Moniz, que era quem o podia informar correctamente sobre as arbitrariedades que o Ministro Santos Costa havia cometido ao longo dos anos, “actuando segundo a lei, sem a lei e contra a lei”.

h) Por não ter a certeza que o Presidente do Conselho efectivamente, aceitasse demitir um seu ministro por intervenção do

Presidente da República, caso que julgo seria inédito durante a sua longa permanência como Chefe do Governo, o General Craveiro Lopes preparou os documentos atrás descritos, dactilografados pelo Secretário-geral da Presidência da República.

i) Estes acontecimentos desenrolavam-se por ocasião da crise que o País atravessava no fim do mandato do General Craveiro Lopes, em 1958. Reeleição ou substituição deste, escolha de um outro Candidato, e anúncio da candidatura do General Humberto Delgado...

Nestas condições Salazar, terá pensado na reeleição do General Craveiro Lopes conforme falando com este e com a sua Mulher D. Berta, lhes dizia “que muitos trabalhos ainda lhes reservava o País”. Isto é claro, sem se empenhar a fundo, como era seu hábito. Esta solução teria a vantagem de não provocar ou pelo menos, atenuar o forte movimento que se verificou por parte da oposição, Arlindo Vicente e General Humberto Delgado, tanto mais que este último declarou ao General Craveiro Lopes, numa visita que lhe fez ao Palácio de Belém, “que lhe constava” que “o meu General não seria reeleito, e que vinha anunciar a sua candidatura à Presidência da República. Isto no caso de o meu General não ser Candidato. Se for, retiro a minha Candidatura!” Estas afirmações foram ditas em voz muito alta, como era hábito do General, sendo ouvidas na sala de espera que antecedia o Gabinete do Presidente, pelos Ajudantes de Campo.

Vem a propósito esclarecer que o Presidente da República conhecia o General Humberto Delgado, desde os tempos da Escola Militar de Aviação, em Sintra. Nessa altura Humberto Delgado já se revelava um oficial muito voluntarioso e desassombrado, por vezes conflituoso e irreverente. Tinha uma certa tendência para andar aos tiros e, apesar de avisado para se “conter” acabou por ser punido disciplinarmente, por ter andado aos tiros na Sala de Oficiais. Foi portanto, o único oficial que o General Craveiro Lopes se lembra de ter punido! São coisas da juventude, que, no entanto, revelam o carácter de um individuo. Portanto, o General Craveiro Lopes, mais a mais, sendo da mesma Arma, pôde seguir a trajet-

tória militar e política deste cidadão, por quem tinha simpatia, mas que revelava um carácter e um comportamento, muito diferente do seu. Humberto Delgado à medida que subia na hierarquia revelava ser muito ambicioso, desejoso de lugares de importância, não o tendo conseguido no âmbito militar, onde o conheciam muito bem, tentou a área da administração civil. Foi Director da Aviação Civil. Pretendeu o cargo de Governador-Geral de Angola e acabou por ser enviado para a embaixada em Washington. Na América, ao mesmo tempo que lhe eram reveladas as virtudes da democracia, a qual andava muito arredada do seu espírito, a avaliar pelos seus antecedentes, parece que os diplomatas e militares da NATO não o tinham em grande conta, a avaliar pelas suas atitudes e pelo seu comportamento social...

Regressado a Portugal, o General, com novas ideias, embora considerado ainda um homem do Regime, visita Henrique Galvão que lhe apresenta um plano “para derrubar a Ditadura, sem derramamento de sangue” apresentando as eleições um candidato do Regime e declarando “que o homem mais indicado para representar a Oposição, seria ele, Humberto Delgado”. É evidente que esta perspectiva deverá ter agradado em cheio ao General, que sentindo-se cada vez mais marginalizado dentro do Regime, foi tentar a sua sorte por outras bandas que o levaram, mais tarde, a aceitar não só o apoio de cidadãos ilustres que há muito se encontravam na Oposição, mas também o dos comunistas, com os quais, mais tarde, acabou por ter graves desinteligências, quando teve de se exilar do País. Lá fora, teve de se sujeitar ao apoio de agentes e organizações clandestinas para poder continuar a congeminar os seus planos para derrubar Salazar. O resultado é conhecido, ter sido traiçoeiramente assassinado e encontrado num buraco em Espanha, junto a fronteira portuguesa!

Para ilustrar o conceito que o General Craveiro Lopes tinha do General Humberto Delgado, especialmente por ocasião da sua nomeação para a NATO em Washington, vou narrar um pequeno episódio que não será conhecido, e que eu próprio ouvi, durante uma das vezes em que pediu para ser recebido em Belém: no meio da conversa, feita como sempre em voz muito alta, o General

Delgado pediu para o Presidente da República interceder junto de Salazar para lhe arranjar “um tacho” (sic) pois sentia-se no direito de ser beneficiado pelos serviços prestados à “Situação”. O Presidente da República que sempre foi avesso a isso, respondeu-lhe de imediato que não contasse com ele para isso, tanto mais que já tinha manifestado a Salazar esse parecer, quando eram dados cargos a ministros e outras personalidades e, mesmo no caso da sua própria Casa Militar e Civil, declarou ao Presidente do Conselho “que quem viesse trabalhar com ele, não devia aceitar cargos em Conselhos de Administração”. Humberto Delgado não se deu por convencido e, replicou “mas, Senhor Presidente, há vários Generais e Almirantes que tem esses benefícios”. O General Craveiro Lopes respondeu: “pois é, mas eu não contribuí nada para isso e acho muito mal!”

j) Imediatamente antes destes acontecimentos, isto é antes de começar a campanha do General Humberto Delgado, Santos Costa e os preponderantes do Regime, atrás referidos, continuavam atentos às movimentações de outros militares e civis que procuravam o apoio do Presidente da República. Eu próprio, como Ajudante do Presidente da República era assediado na Unidade onde prestava serviço, quanto ao apoio que as Unidades prestariam ao Presidente da República em caso de necessidade ou a seu pedido. Por outro lado, o próprio Presidente, recebia *alguns* Generais que lhe afirmavam o mesmo e assim o Presidente da República, pretendendo avaliar a situação, disse-lhes “se assim é, eles devem-me procurar e manifestar as suas intenções e o seu apoio, que eu não sinto por parte da Hierarquia militar”. É claro, que só se manifestaram dois ou três Generais, que tinham grande prestígio mas não tinham Comando de tropas. Depois, eram os Coronéis, os Tenentes-Coronéis e, por fim, os Capitães que, de facto, mostraram certa movimentação na Escola Prática de Cavalaria em Santarém. Ali se deslocou o Coronel Mário Cunha Comandante Geral da PSP que falou com o Comandante da Escola, Tenente-Coronel Serpa Soares, o qual reuniu os capitães e oficiais superiores, que “aceitaram acolher o Presidente da República na Escola Prática de Cavalaria, caso ele

visse necessidade de o fazer”. No dia seguinte o Comandante da Escola Prática de Cavalaria, deslocou-se a Lisboa acompanhado de Major Travassos, que, juntamente com os Major Rosas e Capitão Ferreira da Silva se mostraram contrários ao que tinha anteriormente sido acordado. O Comandante, que nesse mesmo dia tinha combinado ser recebido pelo Presidente da República foi obrigado a rever a sua posição, porque Santos Costa numa reunião que teve previamente com ele, lhe terá tocado nos ombros e dito: “com que então, uma revoluçãozinha?”

Não tive conhecimento destas movimentações na Escola Prática de Cavalaria, nessa altura, não podendo, por isso avaliar precisamente as razões que lhe deram origem. Só porque o Capitão Almeida Santos me procurava algumas vezes no Campo de Obstáculos do Regimento, ou pelo Capitão Vicente da Silva de quem sou muito amigo, que julgo estariam em ligação com o Capitão Fernando Romba que, parece que não era bem aceite na Escola Prática de Cavalaria, eu estava ao par do que se passava. À medida que o tempo passava e que, a favor do Presidente da República não se revelavam apoios importantes, dado que o Coronel Santos Gosta tinha, efectivamente, o Exército absolutamente controlado, o General Craveiro Lopes apercebeu-se, que estaria em muito más “companhias”, quando Almeida Santos, um dia, lhe falou na “libertação de presos políticos/assaltos a Quartéis e a distribuição de armamento a civis”...

k) Uma vez que o General Craveiro Lopes sempre manifestou em relação a Salazar “Que até ao fim do seu mandato procederia com a maior lealdade em relação ao Presidente do Conselho, mas que quando saísse do cargo, se considerava totalmente livre para proceder conforme entendesse”. Qual terá sido, então, a razão que levou à movimentação na Escola Prática de Cavalaria? Talvez a garantia da sua segurança na eventualidade de uma acção por parte das forças ou elementos sob o controle de Santos Costa?

Será necessário lembrar que estes acontecimentos se verificaram ao longo de 1958, antecedendo a campanha do General Humberto Delgado e durante o decorrer da mesma, com grande pressão da

oposição democrática e dos comunistas (Dr. Arlindo Vicente); que acabou por desistir a favor de Humberto Delgado. Ao General Craveiro Lopes eram dirigidas cartas, manifestando desejos de aproximação e queixas sobre o modo como as autoridades oficiais actuavam em relação as candidaturas da oposição. Especialmente o General Delgado apelava para que o “seu camarada de armas interviesse junto das autoridades, de modo que as Campanhas decorressem sem impedimentos. O Presidente da República dava imediato conhecimento ao Presidente do Conselho verbalmente e por officios emanados da Presidência da República sobre as queixas que recebia.

Sei que este procedimento não contentava o próprio General Humberto Delgado que acabou por escrever uma carta menos correcta, resultando daí, que o Presidente da República se dispusesse a não dar seguimento a qualquer outra diligência que lhe fosse solicitada pelo General Humberto Delgado. Anteriormente, o General Delgado chegou a oferecer os serviços e os apoios da sua candidatura e as do Dr. Arlindo. Vicente para o General Craveiro Lopes se candidatar pela oposição, o que, evidentemente, foi liminarmente recusado. Naturalmente, Delgado julgando que Craveiro Lopes tivesse agastado por não ser proposta a sua reeleição, e tendo a sua campanha encontrado grandes dificuldades, terá pretendido incompatibilizar o Presidente da República com Salazar ao ponto de o levar à tomada de uma acção insensata de resultados imprevisíveis! Isto, depois de Salazar ter procurado conciliar Craveiro Lopes com Santos Costa, e a eventualidade da reeleição daquele, sem o ter conseguido, pelos motivos atrás descritos, tendo optado por escolher outro Candidato, de acordo com a maioria de dois ou três votos, em reunião que fez promover na União Nacional.

1) Voltando ao relatado na alínea g) em que o General Craveiro Lopes insistiu para que Salazar recebesse o General Botelho Moniz, e ao mesmo tempo ter mandado redigir uma proclamação ao País que se propunha divulgar no caso de Salazar resistir por mais tempo a chamar o General Botelho Moniz, o que é certo é que, por coincidência ou pela determinação que o Presidente do Conselho

terá sentido por parte do Presidente da República em não aceitar aquela situação, mandou chamar imediatamente o General Botelho Moniz ao seu gabinete. Relatou o General Botelho Moniz ao Presidente da República, logo a seguir, que o Dr. Salazar, a certa altura, “pôs as mãos na cabeça” em atitude teatral mostrando grande surpresa sobre o que lhe disse acerca da actuação do Coronel Santos Costa seu colaborador de tão longa data. Acrescentou, que naquele momento a situação não permitia qualquer alteração no Governo, mas que após as eleições, o Santos Costa seria substituído por ele próprio Botelho Moniz, como futuro MDN, o que efectivamente veio a suceder.

Em seguida, não sei o que se terá passado durante a audiência semanal do Presidente do Conselho a Belém. Só posso acrescentar é que Salazar aparentava grande nervosismo, pois a situação tinha-se agravado, havendo confrontos e tiros junto do Liceu Camões, onde a oposição realizava um Comício. Estes factos, e por não ter resultado a tentativa de “aproximação” feita anteriormente, entre o Presidente da República e Santos Costa, o Presidente do Conselho que, na altura em que foi anunciada a escolha do Almirante Américo Tomás, teve o descaramento de propor ao General Craveiro Lopes “que seria mais um serviço que o Senhor Presidente prestaria se, se dignasse anunciar ao País o seu desejo de não se recandidatar!” Teve resposta firme: “que isso seria contra os seus princípios e seria uma grande desilusão para quem tivesse confiado na sua pessoa”.

Nestas circunstâncias, o General Craveiro Lopes de acordo com o General Botelho Moniz, vendo assegurada a saída do Coronel Santos Costa, seu principal objectivo, renunciou à utilização de meios extremos que esteve na iminência de recorrer.

Maior exigência que tivesse, além da instabilidade que provocaria, poderia ser interpretada como ofensa pessoal e tomada como acto vingativo, por não ter sido proposto para ser reeleito para a Presidência da República.

Entretanto, o Presidente da República comunicou ao Presidente do Conselho que o Ministro Santos Costa estava dispensado de comparecer em quaisquer cerimónias a que o Presidente da República assistisse, “por não ser um ministro da sua confiança”.

Nas relações com o Presidente do Conselho, o Presidente Craveiro Lopes, manteve uma atitude estritamente formal e digna, sem que, naturalmente, notasse algum comprometimento e desconforto do Presidente Salazar!

Passada a tormenta, Salazar apresentou ao Almirante Américo Tomás o novo Governo do qual não fazia parte Santos Costa mas... para contrabalançar também não incluía o Prof Marcelo Caetano! O novo Ministro da Defesa foi o General Botelho Moniz que, três anos após, seria também demitido!

Estes foram os factos passados no último ano do meu Pai na Presidência da República, que coincidiu com a candidatura do General Humberto Delgado, conhecida como a CRISE de 1958, cujos factos são desenvolvidos noutro documento

Conclusão:

1 - Durante o mandato do General Craveiro Lopes as relações pessoais com o Presidente do Conselho Oliveira Salazar foram relativamente cordiais, mostrando este muito apreço pelo modo como o Presidente da República exercia as suas funções. Isto mesmo é confirmado nos livros de Franco Nogueira “Salazar” e de Marcelo Caetano “Minhas Memórias de Salazar” De igual modo, o Presidente da República revelou sempre ter muita consideração pela figura e homem de Estado de Salazar, mas nunca se proporcionou uma relação de maior afectividade entre os dois.

2 - No último ano do seu mandato, depois das visitas ao Brasil e a Inglaterra, que tiveram assinalado êxito, se por um lado houve motivo de regozijo, inclusivamente da parte de Salazar, que não regateou felicitações ao Presidente da República, por outro lado, os Ultras começaram a recear o crescente prestígio que o Presidente da República vinha alcançando.

3 - A situação agravou-se por ocasião de uma visita ao Palácio de Belém, do Dr. Mário Figueiredo que ia agradecer, ter feito parte da comitiva na viagem a Inglaterra. O Presidente não tinha grande simpatia pelo sujeito, mas a convivência que os dias de

viagem proporcionaram deus ao que se falasse na eventualidade da substituição Presidente do Conselho. O nosso homem, perante tal sacrilégio, perdeu por completo a serenidade, argumentando que isso seria uma fatalidade!

4 - O Dr. Mário Figueiredo, procurou imediatamente o Coronel Santos Costa e o Dr. Lumbrals, tendo surgido uma movimentação dos Ultras em defesa do Presidente Salazar.

5 - Esta movimentação não tinha razão de ser, pois o Presidente da República, anteriormente, já tinha abordado o assunto, com o Presidente do Conselho, da necessidade de prever a substituição de um ou de outro, em caso de algum acontecimento ou emergência. Terão sido lembrados dois generais de prestígio por parte do Presidente da República e de alguns destacados elementos do Regime, entre os quais o Prof Marcelo Caetano, por parte do Presidente do Conselho.

6 - Apesar disso, Salazar, pressionado pela movimentação dos ultras, terá desconfiado das intenções do Presidente da República de o demitir o que, verdadeiramente, essa eventualidade só surgiu mais tarde quando Santos Costa reuniu os Comandos e tentou que fosse retirada ao Presidente da República a prerrogativa de demissão do Presidente do Conselho, sem que este tomasse a única decisão que se impunha: a demissão do Ministro da Defesa!

7 - Entretanto, o Presidente da República, vendo que não era tomada qualquer decisão por parte do Presidente do Conselho, mandou chamar o CEMGFA, General Botelho Moniz e preparou uma Proclamação ao País na qual anunciava a resignação ao cargo por não ter condições para exercer as suas funções com dignidade.

8 - É claro que não só da parte dos militares não afectos à facção Santos Costa, elementos civis e militares dissidentes, mas também elementos mais radicais que sempre se opuseram ao Regime, julgaram ser a ocasião oportuna para se movimentarem junto do Presidente da República, com a finalidade de assim conseguirem alcançar os seus objectivos. Ao mesmo tempo, surge a candidatura do General Humberto Delgado e, este encontrando razões de queixa no decorrer da sua candidatura, começa por apelar ao Presidente

da República e posteriormente, propõe ao General Craveiro Lopes para se candidatar pela Oposição!

9 - Perante a bizzarria do que lhe era proposto pela Oposição, das pressões de alguns Comandos e militares não affectos à facção Santos Costa, de elementos civis e militares patriotas, mas dissidentes, e de militares radicais que propunham assaltar Quartéis e distribuição de armas a civis, não se pode deixar de considerar que o Presidente teve de apelar à serenidade e bom senso para enfrentar esta situação!

10 - Assim, e por ter feito constar que não desejaria ir por esses caminhos, conseguiu, por intermédio do General Botelho Moniz, pressionar o Presidente do Conselho para que o Coronel Santos Costa fosse demittido, o que era o seu principal objectivo.

11 - Maior exigência que tivesse, poderia ser considerado como acto vingativo por não ter sido proposto para se recandidatar. Por isso abdicou de meios extremos que esteve na iminência de utilizar.

12 - Em conclusão, ser-me-á perdoado, por ser filho do antigo Presidente da República, procurar enaltecer alguns aspectos da sua personalidade e a relevância do seu percurso ao longo da sua vida: como Homem era uma pessoa muito afável, de character impoluto, desinteressado e com grande sentido de serviço público. Como Militar, austero, disciplinado e corajoso, como, aliás demonstram as suas condecorações em campanha. Como Cidadão, foi pioneiro na aviação, exerceu graciosamente a presidência em duas Câmaras Municipais, foi Governador de Damão e interino da Índia Portuguesa, Professor no Instituto de Altos Estudos Militares e deputado à Assembleia Nacional

13 - Por último, como Presidente da República, tenho constatado ser hoje, geralmente reconhecido, que procurou exercer as suas funções com verdadeiro sentido de Estado, com noção das suas responsabilidades, isento e honesto, tendo inclusivamente abdicado do seu interesse pessoal, que seria, naturalmente, ter sido reeleito, mas não de tal modo, que a sua dignidade o impedisse de seguir certo caminhos...

Adenda 1 – (Sobrescrito) ao Anexo A (Factos ocorridos no último ano do mandato do General Craveiro Lopes na Presidência da República)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA

Ex.^{ma} Sr.

Este envelope só deve ser aberto por ordem expressa de Sua

Excelência o Senhor Presidente da República, General Francisco Higino Craveiro Lopes

27. VI. 558

Al Pereira

Adenda 2 – (Decreto) ao Anexo A (Factos ocorridos no último ano do mandato do General Craveiro Lopes na Presidência da República)

Presidência da República

Decreto nº.

Usando da faculdade que me confere o nº. 1º. do Artigo 81º. da Constituição:

Hei por bem, sob proposta do Presidente do Conselho, exonerar o Coronel do Estado Maior Fernando dos Santos Costa dos cargos de Ministro da Defesa Nacional e interino do Exército

Publique-se.

Paços do Governo da República, em de Julho de 1958.

Adenda 3 – (Proclamação) ao Anexo A (Factos ocorridos no último ano do mandato do General Craveiro Lopes na Presidência da República)

Presidência da República

Continuando a ocorrer factos contrários ao meu pensamento como Chefe da Nação, e que atingem a minha autoridade e dignidade, e sendo certo que as condições presentes não permitem o pleno exercício das minhas atribuições quanto ao Governo: no uso de direito que me é conferido pelo Artigo 79^a. da Constituição, renuncio ao cargo de Presidente da República, deixando, assim, a completa responsabilidade do poder a quem legalmente me deva substituir.

Palácio Nacional de Belém, em de Julho de 1958.

Adenda 4 – (Promoção a Marechal da Força Aérea) ao Anexo A (Factos ocorridos no último ano do mandato do General Craveiro Lopes na Presidência da República)

Certa imprensa fez constar que o Presidente Craveiro Lopes não foi reeleito para novo mandato em 1959, por oposição do Presidente do Conselho Oliveira Salazar e da União Nacional, o que é verdade, mas que, em contrapartida, o Governo “despediu-o elevando-o ao posto de Marechal”. Se era essa a intenção daquelas entidades, o propósito saiu-lhes frustrado pelas razões que a seguir indico:

- Na Ordem do Exército de Outubro de 1958, determina-se: que o General Francisco Higinio Craveiro Lopes regresse ao Ministério do Exército em 9 de Agosto.
- Na Ordem do Exército nº 14 – 2ª Série de 1 de Dezembro de 1953 vem publicado: Promoção a Marechal da Força Aérea nos termos do Dec. Lei nº 36.304 de 24 de Maio de 1947, podendo conservar-se no serviço activo, sem dependência de idade e desempenhando livremente funções de inspecção de que dará, exclusivamente, conta ao Ministro da Defesa Nacional
- Na Ordem da Aeronáutica nº 8 – 2ª Série de 31 de Dezembro, é publicada a promoção, nos termos referidos na Ordem do Exército já citada.
- Mas só na Ordem da Aeronáutica nº 1 – 2ª Serie de 31 de Janeiro de 1959, se faz referência à data da Portaria da promoção: Aumentado à Força Aérea em 11 (de Janeiro) data da Portaria que o promove à dignidade de Marechal.

O que se passou, é que o Presidente Craveiro Lopes, dadas as circunstâncias da sua saída e dos acontecimentos ocorridos nos últimos tempos do seu mandato (casos Santos Costa, Ultras, e mesmo Humberto Delgado, que transmitia as suas queixas), fez constar que não aceitaria quaisquer benesses do Governo, casa do Estado e automóvel, porque isso não estava na lei. Quanto à sua

promoção, foi procurado pelo General Botelho Moniz, indigitado próximo Ministro da Defesa em substituição do General Santos Costa, que lhe propôs que aceitasse a promoção, pois que assim não passaria à reforma e podendo ser considerado "como reserva da Nação". O General Craveiro Lopes aceitou com a condição que essa honraria tivesse origem, e fosse da iniciativa das Forças Armadas, o que veio a suceder por Portaria na data acima referida.

Três anos depois, em Abril de 1961, não foi por falta de vontade e impulso da pessoa considerada "reserva da Nação" que a efeméride não resultou...

Anexo B

(Comentário à carta que o General Humberto Delgado enviou ao Presidente da República em 12 de Junho de 1958)

O Presidente da República recebeu o General Humberto Delgado, umas duas ou três vezes durante o seu mandato, tendo os encontros decorrido com a maior cordialidade.

No principio de 1958(?) o General Delgado foi informá-lo lealmente da sua candidatura à Presidência da República, afirmando-lhe contudo, que no caso do General Craveiro Lopes ser proposto como candidato, ele não se canditaria.

Durante o período eleitoral foram recebidas duas (?) cartas em que o General se queixava de vários impedimentos a que era sujeita a sua candidatura por parte das autoridades do regime.

É evidente que o Presidente, não tendo como se sabe, funções executivas, transmitia pessoalmente ao Presidente do Conselho o que se estava a passar o qual, por sua vez, dava a sua versão dos acontecimentos.

Quando foi recebida a carta em referência, já decorridas as conturbadas eleições, portanto pode-se dizer em período pré-revolucionário, de contestação à situação, o Presidente da República que era muito formal quanto ao respeito que se devia a um Chefe do Estado, considerou que a referida carta estava escrita em termos muito incorrectos e injustos, não só em relação as diligências por si efectuadas, junto do Presidente do Conselho, mas também em relação à sua pessoa como Presidente da República.

Acresce ainda, que nessa ocasião as relações com o Presidente Salazar se encontravam muito tensas, pelas razões que são hoje do conhecimento público e, também por contestação à mesma entidade que o General Delgado contestava: o ministro da Defesa, Coronel

Santos Costa, personalidade por quem Salazar optou, nessa ocasião, para ultrapassar a difícil situação que em que se encontrava.

Pelos motivos acima referidos, o General Craveiro Lopes mandou arquivar a carta, por considerar que, nos termos incorrectos em que o signatário se dirigia ao Chefe do Estado, não merecia qualquer resposta.

Anexo C

(Comentários a extractos da obra de Jaime Nogueira Pinto
“Portugal os anos do fim – a Revolução que veio de dentro”)

Campanha de Humberto Delgado 1958

Extracto:

A campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República abalou profundamente o Regime. O Partido Comunista que ao princípio se mostrara alheio e até hostil ao General, apresentando como seu candidato Arlindo Vicente, acabou por apoiá-lo, pondo ao seu serviço toda a sua máquina clandestina e de agitação.

Eleito o Almirante A. Tomás, na remodelação ministerial subsequente abandonaram o elenco governamental dois personagens chave: Marcelo Caetano e Santos Costa, que foram substituídos por Teotónio Pereira e pelo General Botelho Moniz. Os dois membros cessantes encontravam-se em Guerra aberta provocada entre outras razões, pela questão da reeleição do General Craveiro Lopes. Partidário deste, Marcelo Caetano incompatibilizara-se com Santos Costa embora se reconcilhassem no período crítico da campanha.

Comentário:

Isto não é totalmente exacto pois o ponto fundamental era resultante da incompatibilidade entre o Presidente General Craveiro Lopes e o Min da Defesa do Governo de Salazar. Este procurou influenciar o Presidente para a aceitação do General Santos Costa no que o General Craveiro Lopes foi inflexível dado não só o comportamento do MD em relação à pessoa do Presidente da República, como também a sua acção como ministro não merecer a sua concordância, pois governava “com a lei, sem a lei e até contra a lei”.

O comportamento do MD relativamente à pessoa do Presidente da República, em que aquele provocou uma reunião no QG do GOVERNO MILITAR DE LISBOA procurando convencer os Comandos a se comprometerem a “que o Presidente do Conselho só pudesse sair do Governo por sua vontade ou por morte”, originou uma intervenção do Presidente da República junto do Presidente do Conselho, o qual no seu estilo esquivo e melífluo, não quis dar o devido relevo ao caso (que essa tentativa ofendia uma das prerrogativas do Presidente da República, a de poder demitir o Presidente do Conselho).

O General Botelho Moniz na altura CMFA por insistência directa do Presidente da República levou ao Presidente do Conselho o “dossier” Santos Costa em que estavam indicadas todas as prepotências e arbitrariedades feitas durante a sua acção no governo. Salazar fez- uma “fita” pondo as mãos na cabeça (conforme contou Botelho Moniz ao meu pai) fingindo desconhecer completamente o que se passava! (apesar de há muito estar avisado pelo menos pelo Presidente da República). Acrescente-se que Salazar não queria de modo nenhum receber o General Botelho Moniz, mais uma prova que não se interessava em confirmar o que muito bem já lhe constava, e que só o recebeu por saber que o Presidente da República tinha já escrito um Manifesto À Nação a informar do que se passava, anunciando a sua resignação ao cargo.

E foi assim que Salazar se viu obrigado a demitir Santos Costa! Mas para equilibrar politicamente esta decisão e por saber que, efectivamente Marcelo Caetano estaria inclinado para a reeleição do General Craveiro Lopes (como de resto ele próprio estaria, se o Presidente da República se sujeitasse a aceitar Santos Costa), também o demitiu a ele Marcelo!

Extracto:

O MD era acusado de ter largas responsabilidades no caso Delgado; dizia-se que vetara a nomeação do General para o cargo de Governador-geral de Angola.

Delgado fora um bom oficial, politicamente um ultra, entusiasta

da Legião Portuguesa e do estilo fascista dos anos trinta. O amuo de Delgado iniciara-se com a sua preterição para CEMGFA, a favor do General Costa Macedo. O futuro candidato da oposição estivera nos Estados Unidos como Adido Militar e ocupara antes da eleição o cargo de Director Geral da Aeronáutica Civil. Era homem fisicamente corajoso e atrabiliário. Militara nas fileiras da Legião Portuguesa e o seu livro “A Pulhice do HomoSapiens” revelava posições de virulento ultra-direitismo.

O facto de não ser nomeado para Governador-geral de Angola lançou Delgado nos braços da Oposição com as consequências de um mau resultado para o Regime.

Comentário:

Poderei acrescentar que um dos motivos porque o General Delgado se sentiu “amuado” com Salazar terá sido não ter conseguido nenhum dos benefícios que o Regime costumava conceder aos “preponderantes”. Conduzi pessoalmente o General Delgado, quando regressou dos USA, ao gabinete do Presidente da República. De uma das vezes, soube que foi para o Presidente da República intervir junto de Salazar para lhe conceder um “tacho” de 20 contos por mês. É claro que o Presidente da República lhe disse logo “que não intervinha por não concordar com o sistema”. Delgado ripostou que havia vários Almirantes e alguns Generais que usufruíam desses benefícios, ao que o General Craveiro Lopes retorquiu que não concordava que oficiais gerais tivessem “tachos” pois isso nada prestigiava as suas funções militares e, muito menos ele Presidente da República desejaria contribuir para essas desprestigiantes situações.

Doutra vez foi para comunicar pessoalmente ao General Craveiro Lopes que se ia candidatar à Presidência da República que lhe constava que aquele não estava proposto para ser reeleito, mas que se porventura, isso se não verificasse ele Humberto Delgado, desistiria de se candidatar.

Esta conversa era passada em voz muito alta, como era hábito o General fazer, sendo ouvida na sala de espera dos Ajudantes, contígua ao gabinete do Presidente da República, mostrando-se o

Presidente da República muito cordial e ao mesmo tempo sensibilizado pelas palavras do HD, mas ao mesmo tempo muito ponderado pois conhecia muito bem o General Humberto Delgado dos tempos da Escola de Aviação de Sintra, onde, como 2º Comandante, se viu forçado a punir o único oficial que se lembrava de ter punido, o então Tenente Delgado, porque após aviso feito e não tendo isso em consideração andado aos tiros dentro da sala de oficiais.

Extracto:

A Conspiração dos Claustros da Sé (1959)

Esta intentona fracassou e teve lugar em 1959 envolvia militares e civis.

O Partido Comunista, desta vez, até certo momento conivente, retirou o seu apoio. Entre os elementos que faltaram à chamada final, encontrava-se um Capitão de Engenharia, Vasco Gonçalves, que foi salvo da detenção pela intervenção de Costa Gomes, então Subsecretário de Estado do Exército. Tomaram parte oficiais comunistas como Gonçalves, Varela Gomes e Almeida Santos e até o monárquico anti-situacionista, Capitão Eng.º Vaz Pinto. Entre os civis: Sousa Tavares, Manuel Serra, Fernando Amaro Monteiro e outros

A Política Ultramarina e Salazar

A manutenção dos laços de unidade para onde apontava a política portuguesa já sob o fogo da agressão internacional contra o nosso País, consubstanciava-se em dois pontos: Na Europa, África, Ásia e Oceânia, do Minho a Timor, Portugal era uma Nação.

“Estamos em África há quatrocentos anos, o que é um pouco mais do que termos chegado ontem. Levámos uma doutrina, o que é diferente de ser levado por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados “ventos da história” os destinos humanos. Podemos compreender que a muitos custe a compreender uma atitude tão estranha e diversa da usual; mas não podemos sacrificar a essa dificuldade de compreensão, populações portuguesas cujos interesses na comunidade nacional consideramos sagrados” (Salazar).

Idealismo utópico, teimosia de um velho...Entretanto os resultados ai estão para o julgar!

Considerar as terras do Ultramar, como parte integrante da Nação Portuguesa fora a política tradicional do País, só modificada por uma prática oportunista que, na senda das políticas colonialistas europeias do Séc. XIX, visava transformar os territórios de Além-mar em meras zonas de obtenção de matérias-primas, exploração de mão-de-obra barata e importação de produtos acabados em regime de trocas tipo “pacto colonial”. Esta concepção colonialista em prática nos fins do Séc. XIX, na sequência dos modelos franceses da época, continuada na República e nos primeiros tempos do Estado Novo, contrapunha-se à tradicional “assimilação” sem preconceitos raciais, à nota cristã e missionária e à independência do poder real até ao liberalismo tinham consagrado e posto em acção.

Salazar optava por uma definição clara de princípios e de consequências e esta doutrina de integridade e unidade nacionais tinha por única alternativa, o abandono com todas as suas consequências.

Comentário:

Não se pode concordar de modo nenhum com esta irrealista teoria!

Seguiu-se para Angola “rapidamente e em força”, a guerra aguentou-se e em Angola foi praticamente vencida, mas a revolução espiritual que era necessário fazer, a reformulação dos conceitos e esperanças, aquela integração dos homens e das classes que devia unir os cidadãos num bloco irredutível, ficou muito aquém do desejado.

Prosseguia na Metrópole o espírito acomodaticio, a mentalidade burguesa, o lucro fácil, a indiferença pelos problemas nacionais, a crítica pelos valores pátrios, a indiferença pelos que se batiam.

Desaparecido Salazar a política de Defesa degradou-se pela inabilidade culposa de alguns dirigentes e de toda uma classe política que aplaudiu ou que assistiu indiferente à sua destruição.

Se fosse mantida a defesa do Ultramar nos termos em que Salazar a preconizava ,a resistência poder-se-ia eternizar inde-

finidamente. É claro que se tal esforço não fosse acompanhado por uma revolução político social que transformando o Estado possibilitasse uma integração efectiva dos portugueses nas grandes tarefas colectivas, teria de se malograr.

A agravar estes factos havia na ONU uma concepção politica completamente diferente. Portugal manteve irredutíveis as suas posições, contando com o apoio discreto ou, pelo menos com a neutralidade colaborante de uma das potências com direito a veto no Conselho de Segurança, e assim podia estar seguro mesmo com a condenação da Assembleia Geral, de evitar uma intervenção internacional armada desde que não se deixasse enredar na dialéctica adversária onde facilmente seria vencido.

O Departamento de Estado e a Secretaria dos Negócios Estrangeiros dos EUA eram nossos adversários, embora pudéssemos contar com o Departamento de Defesa e o Pentágono

A Contestação do Regime

Extracto:

Durou 10 anos, depois do 28 de Maio de 1926 o período contra-revolucionário em que várias intentonas procuraram derrubá-lo.

Comentário:

Entre os mais importantes apenas abordaremos dois que estão relacionados com pessoas de família: o movimento de 7 de Fevereiro de 1927 e o conflito de 13 de Abril de 1961.

1- Movimento de 7 de Fevereiro de 1927 e a Revolta da Madeira.

Foi um dos episódios mais significativos que fracassaram, porque o grosso do Exército estava integrado e era firme sustentáculo da nova ordem que criara. No Porto, a Revolução foi vencida pelo meu avô General João Carlos Craveiro Lopes.

2- Santos Costa.

Extracto:

Foi durante 20 anos senhor todo-poderoso das forças armadas, sendo o responsável por os militares continuarem a ser indefinidamente o suporte do Regime, do poder civil, da manutenção da ordem pública, de instrumentos mudos e quedos de um sistema cuja formação doutrinária e ideológica militar, levou os militares a preocuparem-se só com o cumprimento de ordens. Homem com indiscutíveis qualidades de vontade e energia, faltava-lhe o sentido político, a qualidade de ver longe sobre a máquina que montara. Tratava os oficiais “con le baton e la carotte”.

Comentário:

Completando o que foi exposto no livro de que são feitos estes extratos, posso acrescentar que o Subsecretário do Exército, inicialmente com o posto de Capitão era um homem que trabalhava, julgo que no Ministério do Exército numa função determinada, e que Salazar ouvia frequentemente nomear quando pretendia qualquer informação. Diziam-lhe “quem sabe desse assunto é o Santos Costa”. Tantas vezes o ouviu nomear que um dia, quando foi preciso arranjar um Subsecretário para o Exército, Salazar terá dito “venha lá esse Santos Costa”!

O que é certo é que este indivíduo tornou-se de uma canina fidelidade a Salazar e conseguiu amoldar os quadros superiores do Exército e, por intermédio destes, todo o Exército e mais tarde as Forças Armadas de que foi Ministro da Defesa, já no posto de General que alcançou, passando directamente de Coronel a General. De referir que o Capitão Santos Costa trabalhava efectivamente no ME quando Salazar desempenhava o cargo de Ministro do Exército.

E foi assim que esta personagem cuja actuação eu só poderei avaliar a partir de 1950, antes da eleição de meu pai para a Presidência da República, chegou a ministro da Defesa Nacional.

Havia algumas excepções de Generais que não navegavam nas águas do Santos Costa, entre os quais o meu pai, pessoa que do antecedente, quando meu pai foi Comandante geral da Legião Portuguesa, cargo para que aliás foi nomeado por ter estado na base

dos acordos para a Base das Lages e por ser da Aviação militar e poder assim organizar a Defesa Civil do território durante a Guerra, matéria a que especialmente se dedicou, durante a sua passagem pela Legião Portuguesa. Lembro-me de um Comandante de Lança, parece que de Setúbal a que abusivamente Santos Costa puniu ou transferiu sem dar qualquer cavaco ao Comandante Geral, e que foi repostado no seu lugar, quando meu pai interveio no caso.

Entretanto, o meu pai estava como professor no IAEM na região do Bussaco nas provas finais do Curso de Altos Comandos, e foi conduzido a Lisboa por Santos Costa que o foi buscar para falar com o Presidente do Conselho. Segundo me disse a viúva do General Deslandes, o marido era muito das relações do Santos Costa, tinha sido seu ajudante, e terá lembrado o nome do meu pai quando Salazar disse que se procurasse um General que dignamente pudesse ocupar o cargo de Presidente da República. É natural que o Santos Costa consultasse outras pessoas e tenha optado pelo nome de meu pai. Há aqui um ponto que não posso garantir absolutamente que tenha viabilidade, mas tenho a ideia de na altura constar ter havido da parte dos “influentes” de certo sector do Regime, em imaginar uma mudança para um Regime monárquico, tendo “magicado” na possibilidade de uma pessoa que como o meu pai, sendo oriundo de uma família que no seu tempo estava muito ligada à Família Real (o meu bisavô foi Ajudante de Campo do Rei D. Carlos e o meu avô foi, por sua vez, ajudante do meu bisavô, portanto um como General de Divisão e outro como Capitão vivendo próximo do Rei) pudesse facilitar-lhes aquela intenção. De facto, tinha havido polémica sobre a possibilidade de se mudarem as instituições, tendo havido um Congresso em Coimbra em que o Prof. Marcelo Caetano concluiu pela continuação do Regime Republicano (ver apontamento sobre o caso num exemplar antigo da “Vida Mundial”).

O que é facto é que meu pai se apercebeu da manobra antes de tomar posse e aproveitou a visita oficial ao Porto, já como Presidente da República, para no QG ao devolver a espada do meu avô, que usou durante a cerimónia da posse, fazer um discurso em que afirmava que o juramento que tinha prestado como Presidente da

República, empenhava a sua pessoa “na defesa intransigente da Constituição da República Portuguesa”.

Até que ponto é que o Santos Costa estaria empenhado nesta manobra, não o sei dizer, mas o é certo é que alguns anos depois, quando da ausência do Presidente da República numa visita oficial, o Santos Costa deu uma recepção em S. Julião da Barra ao Sr. D. Duarte Nuno numa altura “em que se voltou à “ofensiva” e se dava relevo à Causa Monárquica. O jornal “Debate” estava no auge e se não fosse o meu pai a intervir directamente o caso tinha tendência a empolar! Lembro-me que o SC foi censurado por ter feito a recepção e o Governador Civil de Santarém que recebeu o Sr. D. Duarte Nuno com honras semelhantes às que tinha recebido na semana anterior o Presidente da República, durante a visita à Feira de Santarém, foi exonerado das suas funções pelo Ministro do Interior Trigo de Negreiros, que ainda tentou que o Presidente da República cedesse a que o homem fosse exonerado a ~~su~~ pedido.

Pelos factos que se relatam e porque desde sempre o Presidente da República não gostava dos processos de governação do antigo Subsecretário do Exército o Presidente da República consciente que não tinha, efectivamente, o poder nas Forças Armadas dado o apoio ao Presidente do Concelho e da montagem de toda a “máquina” de que dispunha o regime, que ia desde os preponderantes da situação até às escutas telefónicas e da “entourage” do Santos Costa, aliás constituída com raras excepções por pessoas muito pouco recomendáveis (Coronéis Vilar, Almeida, Anta, Margarido etc.) Até pessoas dignas embarcaram no sistema e prestaram-se a uma colaboração que ultrapassava o que seria razoável, umas vezes por razões de gratidão por benesses recebidas, outras vezes por ambição pessoal. É o caso do General Valente de Carvalho, Joviano Lopes, Câmara Pina, Cabrita e mais tarde, Reimão Nogueira (quando Comandante da Polícia de Transito, tinha uma rede rádio ligada à casa do General Santos Costa) e até Spínola que, quando Tenente Coronel, obstruiu a que o Regimento de Lanceiros 2 e o Regimento de Cavalaria 7 não apoiassem o Presidente da República quando da crise no final do seu mandato, e por fim Kaulza de Arriaga!

Entre os poucos que não navegavam nas mesmas águas contam-se os Generais Meira e Cruz, Santos Calado, Ferreira Vaz, Silveira Machado, Brigadeiros Gorgulho, Almeida Fernandes e um que agora se sabe ter sido quem muito contribuiu para a queda do Regime: o General Costa Gomes.

A Crise de 13 de Abril de 1961

Extracto:

Por muito tempo o 13 de Abril de 1961, acontecimento fundamental para a história d do Regime, foi ignorado nas suas raízes fora do círculo estreito de alguns curiosos e iniciados. A narrativa que se segue é baseada num memorandum inédito de Kaulza de Arriaga:

No Verão de 1960 o Subsecretário da Aeronáutica, Kaulza de Arriaga, manifestou por várias vezes a Salazar, quer em reuniões do Conselho Superior da Defesa Nacional, quer noutras ocasiões, graves preocupações quanto à defesa dos territórios portugueses de África, especialmente de Angola, dados os crescentes indícios de agitação subversiva que, à vista dos acontecimentos do Congo ex-Belga e sua influência nas populações do Norte da Província eram de recear. Contra as suas advertências insurgiu-se o Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, secundada pelos Coronel Almeida Fernandes e Costa Gomes, respectivamente Ministro e Secretário de Estado do Exército que não acharam necessário o envio de reforços para África.

Comentário:

É um ponto importante a comentar no fim, por não ser verdade o que se relata.

Extracto:

Em Janeiro seguinte, dão-se graves incidentes de carácter reivindicativo na Baixa do Cassange. A repressão é dura provocando nos militares nela envolvidos problemas de consciência pois, sendo

algodoeiros em manifestas condições de exploração, os oficiais interrogavam-se até que ponto “Em África não defendiam o País, mas apenas os interesses de alguns capitalistas?” Perante tais acontecimentos “dado existir realmente na Baixa do Cassange, injustiça social” Kaulza poe o problema a Salazar, que promete tomar providencias para eliminar as raízes ao mal.

Em 4 de Fevereiro elementos armados do MPLA, organização clandestina de carácter marxista, atacam simultaneamente a Casa de Reclusão Militar e a Esquadra da Companhia Móvel da PSP e a Cadeia de S. Paulo, todas em Luanda, numa tentativa frustrada para libertar os seus correligionários ali detidos. Nos funerais dos guardas mortos na luta verificam-se novos incidentes, com alarmantes características raciais.

Em 15 de Março rebenta em grande escala o terrorismo por todo o Norte de Angola. Para o enfrentar dispunha-se em toda a Província (1.300.000 Km²), por falta de providências dos ministros responsáveis, de cerca de 8.000 homens, dos quais 5.000 eram tropas nativas! Enquanto a população civil auxiliada por alguns destacamentos militares aguentava como e onde podia a vaga assaltante, de Lisboa, pacatamente mandavam-se duas Companhias de Caçadores Especiais e elaborava-se com a mesma “presteza” um esquema demorado para o envio de reforços!

O plano de alguns altos chefes militares era evidente. Deixar a situação deteriorar-se e colocar a Nação perante o irremediável dum massacre ou dum facto consumado Nestes termos outra hipótese não haveria que entrar em negociações com os terroristas que teriam como consequência final o abandono

Comentário:

Ê infame que se queira fazer crer que os Chefes militares, entre os quais o meu pai que na sua situação de Marechal estava em contacto com o Ministro da Defesa Nacional, General Botelho Moniz, pretendessem fazer o que se relata!

Os Chefes do Estado Maior das Forças Armadas e o do Exército que acompanham em fins de Março o Ministro do Ultramar a Angola regressam com notícias de estar a situação praticamente

resolvida havendo apenas que realizar acções de limpeza e policiamento.

Informações diversas eram enviadas pelo Comandante da 2ª Região Aérea, Brigadeiro Pinto Rezende “que informava que a situação em Angola se agravava constantemente e que, em pouco tempo atingia o ponto de irreversibilidade”.

As tensões cresciam. O General Albuquerque de Freitas Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, partia para os EUA para visita oficial, murmurando alguns que iria contactar por conta dos conjurados, determinados sectores da Administração americana, favoráveis a “uma viragem política” em Portugal e à “autodeterminação das Províncias Ultramarinas”.

Dizia-se estar iminente uma remodelação ministerial. Os acontecimentos precipitam-se. Numa reunião de Comandos no GOVERNO MILITAR DE LISBOA, o General Silva Domingues levanta perante os oficiais presentes o problema da “exoneração compulsiva” de Salazar da chefia do governo; o Ministro do Exército interrogado por Kaulza, esclarece que segundo informações colhidas junto do GOVERNO MILITAR DE LISBOA, este apenas exortara os oficiais a manterem-se atentos e unidos nas circunstâncias difíceis em que o País atravessava.

Almeida Fernandes confessa-se apreensivo com “o estado de sobreexcitação do Ministro da Defesa”, que o levava a encarar a hipótese de tentar um golpe de força contra Salazar, o que podia degenerar numa guerra civil. Acrescentava que ele, ministro do Exército não acompanharia Botelho Moniz em tal gesto.

Chegam, entretanto notícias de que o Exército entrara de prevenção é o Ajudante de Campo de Costa Gomes andava em Unidades de Lisboa a fazer “sondagens” sobre eventuais apoios a um golpe de força para derrubar Salazar.

Botelho Moniz e Almeida Fernandes pedem uma audiência ao Chefe do Estado, que, dada a insistência de ambos promete recebê-los cerca da meia-noite.

Apos o jantar, Salazar visita o Almirante Tomaz, na sua Residência e o Chefe da Casa Militar do Presidente da República (General

da Força Aérea Humberto Pais) telefona a Kaulza, aconselhando medidas de segurança na Força Aérea. O Subsecretario da Aeronáutica delibera em companhia dos Generais Mira Delgado e Francisco Chagas e Machado de Barros, mandar entrar de prevenção a Força Aérea. Ao mesmo tempo, unidades de Paraquedistas de Tancos marcham para Lisboa. Nessa noite o Presidente da República recebe os Ministros da Defesa e do Exército, que lhe fazem uma exposição sobre a situação advogando a necessidade de demissão de Salazar. a que o Almirante, reservando-se para resposta definitiva replicou não lhe parecer a melhor forma de ultrapassar a crise.

No dia seguinte o Almirante entregou-lhes uma carta “em que repudiava por prejudicial ao interesse nacional a proposta de saída do Presidente do Conselho. À tarde no Gabinete do Ministro da Defesa e na presença de Almeida Fernandes, dá-se uma viva troca de explicações sobre a situação entre Botelho Moniz e Kaulza, acabada a qual o Subsecretário da Aeronáutica vai à Presidência da República, onde relata ao Chefe do Estado o sucedido. Botelho Moniz telefona também para Belém a pedir uma audiência que lhe é recusada.

O golpe desenhava-se com nitidez, os contactos e sondagens para o aliciamento de forças multiplicavam-se. O Coronel Arnaldo Schulz, Ministro do Interior, que se dissera estar inicialmente com os conjurados, afirmava-se fiel a Salazar, garantindo a fidelidade da GNR e da PSP. Outros apoios chegavam entretanto, tanto a nível governamental quer fora dele. Lumbrales e Correia de Oliveira preparavam a remodelação a fazer pois eram da confiança de Salazar. O Ministro Quintanilha de Mendonça Dias (a vergonha da Índia), chegado do estrangeiro era recebido por Salazar e dava ordem às forças navais para entrarem de prevenção. Também na Manhã de 13 de Abril regressava a Lisboa, antecipadamente, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Albuquerque de Freitas que se dirigiu imediatamente a conferenciar com o Ministro da Defesa, conforme telegrama que recebeu para se apresentar, vindo dos EUA. Às 10 horas deu conta a Kaulza do que se passara entre ambos: “Às 17 horas desse dia teria lugar uma reunião no Departamento de Defesa Nacional, ou na casa do Min da Defesa,

à qual compareceriam além deste e do Ministro e Subsecretário do Exército, os Chefes militares dos três ramos das Forças Armadas e alguns outros chefes militares. Ali se ponderaria se o Prof. Oliveira Salazar deveria ou não ser demitido e, no caso de unanimidade, se decidir pela demissão, seria esta imposta ao Presidente da República, que a aceitaria, ou seria também afastado do seu cargo”.

Perante isto Kaulza que instalara o seu Posto de Comando no Aeródromo Base Nº 1 (junto à Portela de Sacavém), informou o Presidente da República e o Presidente do Conselho da urgência da substituição de Botelho Moniz, A. Fernandes e Costa Gomes e Beleza Ferraz, dos seus cargos a fim de se antecipar à reunião dos conjurados, às 17 horas, que poderia desencadear um golpe de força que levaria à guerra civil.

A manobra de antecipação resultou. Às 3 da tarde a Emissora Nacional, anunciava os Decretos que exoneravam aqueles militares e os substituíam pelo Prof. Salazar, Brigadeiro Mário Silva, Tenente-Coronel Jaime Fonseca e General Gomes de Araújo. Na sequência, tornada ilegal a convocatória, foi fácil dissuadir para comparecerem na Cova da Moura a quase totalidade dos oficiais convocados. Numa triste e apagada reunião, o núcleo central dos conjurados, ao qual se acrescentou pateticamente, o Marechal Craveiro Lopes, decidia-se a ir para casa. (o Marechal Craveiro Lopes não compareceu pateticamente mas sim a pedido do General Botelho Moniz com quem estava do antecedente em ligação permanente. Não seria nessa altura que se esquivaria a comparecer embora tarde o chamassem apesar de insistir há tempo para se revelar, e as diligências ultimamente feitas, junto do Presidente da República não se terem feito com o seu conhecimento. O General Botelho Moniz “caiu como um pato” e se tem procurado a intervenção do meu pai há mais tempo, talvez se evitasse o fracasso. Creio que Botelho Moniz, que era muito ambicioso, desejaria fazer o golpe julgando que a sua pessoa tinha o prestígio suficiente para isso, mas enganou-se e mostrou-se demasiado cauteloso a decidir junto do Presidente da República e quando da reunião na Cova da Moura, onde o meu pai foi dos poucos, ou talvez o único que procurou levar a coisa para diante).

A intentona abortava ingloriamente e, na ressaca, a “doçura dos nossos costumes” não responsabilizava nem castigava os culpados. (O castigo não foi pequeno para os que exerciam funções no governo, pois foram demitidos “à pressão” pela rádio embora o Presidente do Conselho tivesse escrito uma carta muito “amável” ao General Botelho Moniz despedindo este e o Almeida Fernandes. O castigo não terá ido mais longe por o Marechal Craveiro Lopes se encontrar na reunião sendo natural que a Salazar não interessasse nada prender o antigo Presidente da República, pelas repercussões que daí poderiam resultar).

Nesta conjura havia uma noção de hierarquia, e havia disciplina. Quando os conjurados tentaram dar ordens aos seus subordinados, eram ex-ministros, ex-CEM etc., e estes não eram obrigados a seguir homens que tinham perdido os seus cargos duas horas antes! Isto é importante comparando com o que aconteceu em 25 de Abril.

Quanto aos conjurados observe-se os erros e a precipitação de Botelho Moniz e A. Fernandes e o papel um tanto equívoco deste último. Repare-se que Costa Gomes nunca aparece em primeiro plano, queimando-se o menos possível...

Mais tarde, com Marcelo, Costa Gomes é chamado para CEM e Silva Sebastião que funcionava como elemento de ligação dos militares conjurados. É possível que S. Sebastião tenha tido qualquer influência no caso pois era muito das relações de meu pai, mas parece-me que ele naquela-altura não se encontrava na Metrópole, mas sim em Angola, onde era Governador de Distrito. Quem eram os elementos de ligação entre o meu pai e o General Botelho Moniz era o Capitão de Cavalaria Bernardo de Sá Nogueira e eu próprio. Sebastião recebe a Presidência da Camara Municipal de Lisboa, depois de ser Governador de S. Tomé.

Extracto:

Alguns especialistas dos bastidores admitem que Marcelo Caetano tenha sido contactado pelos conspiradores de 1961.

Comentário:

Encontrava-me a frequentar o Curso para Oficial Superior no IAEM em Pedrouços sendo nessa altura Ajudante de Campo de meu pai que, depois de ter saído da Presidência da República, foi promovido a Marechal da Força Aérea, após um ano de insistência do General Botelho Moniz que antes de o meu pai passar à reserva conseguiu convence-lo a aceitar o posto de Marechal, pois essa situação lhe daria, a possibilidade de continuar no activo e, portanto poder constituir “uma reserva da Nação”, a utilizar em qualquer emergência. O meu pai aceitou com a condição de não exercer qualquer cargo efectivo (isto é ser Inspector como posto de Marechal por inerência determinava, mas não exercer efectivamente) e que a cerimónia da graduação fosse exclusivamente das Forças Armadas, sem qualquer representação do Governo. Assim se fez com o devido relevo, sem ultrapassar o âmbito das Forças Armadas! Vem a propósito referir que Salazar pretendia a todo o custo, logo após a saída do meu pai da Presidência da República dar a entender que as suas relações eram as melhores possíveis e tudo fez para isso, procurando que fosse distribuída uma casa do Estado e um automóvel, o que o General Craveiro Lopes nunca aceitou por a oferta vir de quem vinha e por não estarem previstos na Constituição esses benefícios, aliás bastante justificáveis. Posteriormente procurou reatar relações com a oferta de um dos seus livros de DISCURSOS com a respectiva dedicatória, que meu pai agradeceu em termos formais. Mais tarde procurou induzir meu pai a retribuir os cumprimentos de Aniversário que ele tomaria a iniciativa de enviar antes (meu pai fazia anos alguns dias antes de Salazar cujo aniversário era a 28 de Abril). Isto é evidente, diligenciado por intermédio de amigo comum, se não me engano o Dr. Trigo de Negreiros e com vista a dar-se a conveniente publicidade nos jornais... É claro que as diligências não resultaram até porque meu pai tinha afirmado que até ao último dia do seu mandato teria com o Presidente do Conselho as relações a que o seu cargo implicava, mas que depois disso, ficaria liberto de qualquer ligação e actuaria com a maior independência.

Continuando o relato sobre o 13 de Abril, recordo que meu pai, certamente com o desejo de não me comprometer perigosamente,

não me falou abertamente do que se estava a passar, mas pelas suas conversas, a pouco e pouco fui entendendo que contactava com muitas pessoas, principalmente do meio civil e de ideologia liberal. Lembro-me de Homem de Melo, Camilo de Mendonça, Dias Rosas (?), e outros. Por intermédio do Dr. Henrique Cabrita, estava meu pai bem informado de tudo que se passava no Regime no meio militar, também contactava ... com Botelho Moniz, onde várias vezes jantava em companhia da família, retirando-se depois os dois, para longas conversas, às vezes acompanhados de alguma outra pessoa, lembrando-me do Dr. Cota Dias, genro de Botelho Moniz e que mais tarde acabou por ser Ministro das Finanças do Governo de Marcelo Caetano.

Em Pedrouços, o Capitão Sá Nogueira que também estava no Curso, e era Ajudante de Campo de Botelho Moniz, era o meu contacto para ligação entre meu pai e Botelho Moniz.

Em Pedrouços o ambiente tornava-se tenso em virtude de ter sido posta a circular a carta que Botelho Moniz escreveu ao Presidente do Conselho. Comentava-se o caso com curiosidade mas sem qualquer tomada de posição, havendo os “ultras” que mais se revelavam a não apoiar, pois ao mesmo tempo começou a circular a ideia que “se pretendia entregar o Ultramar” que mais tarde depois da farsa de “para Angola em força” se procurou ultrajar os conjurados de traidores.

Entretanto o tempo passava e em encontros com Sá Nogueira, agora fora do IAEM para não chamar tanto a atenção eu insistia por determinação de meu pai para o General Botelho Moniz “chamar o General Craveiro para se passar à acção, ao que o General Botelho Moniz mandava transmitir que isso se faria “quando fosse o momento oportuno”. O certo é que o momento oportuno passou e o golpe fracassou!

Resta acrescentar que o que se pretendia não era evidentemente entregar o Ultramar, pois foram feitas pelos responsáveis militares todas as diligências no sentido de evitar uma guerra que havia de durar 13 anos, mas tomando todas as providências para que se enfrentasse a situação subversiva que se iniciava em Angola.

Entre essas medidas destacam-se:

- Foram insistentemente pedidas verbas para reforçar a defesa do Ultramar, o que não foi satisfeito, senão muito parcialmente pelo Presidente do Conselho

- Com as verbas disponíveis conseguiu-se reforçar algumas Unidades do Exército e a criação de Unidades da Força Aérea em Africa

- Foi dado aviso oportuno sobre os ataques que se iriam realizar na noite de 15 de Março de 1961 em Luanda (embaixada dos EUA?)

- À data dos acontecimentos tinha sido encomendado armamento e tomadas disposições para apesar das limitações e com a incompreensão dos preponderantes do Regime, se poder enviar tropas o mais depressa possível para África, e a prova é que, as que foram, “à ordem de para Angola e em força”, já estavam preparadas para seguir...

E assim se fez a História, em que Salazar se autoneomeou mais uma vez, “Salvador da Pátria” e outros que antes tinham dado indiscutíveis provas de patriotismo, foram apelidados de traidores...

Consultar o livro “DUAS CRISES” da autoria de Coronel de Artilharia Viana de Lemos.

a) ... Repito que o que se pretendia não era entregar o Ultramar mas sim procurar uma solução para a política a adoptar não só no Ultramar mas também nos aspectos externo e interno (conforme expresso na carta de Botelho Moniz) dado que a política adoptada se encontrava completamente desactualizada e era ineficaz face às novas concepções do Mundo (os tais ventos da História) em que Portugal, quer nas N.U. quer em todos os Organismos Internacionais era por sistema condenado. No plano interno a população não tinha beneficiado dos progressos dos restantes países da Europa e encontrava-se com um sistema político, social e económico ultrapassado.

Julgo que se pretendia aguentar este primeiro embate em Angola e discutir o problema de um modo realista e desapai-

xonado (é claro que isto não podia ser feito com Salazar no Governo) tendo em atenção as experiências e as lições obtidas da Inglaterra, França, Bélgica e Holanda em circunstâncias semelhantes.

O Tenente-Coronel Costa Gomes, segundo me recordei, tinha apresentado um Relatório (era Subsecretário do Exército) parece que baseado numa visita que fez a Angola e também sobre os relatórios de Comandos militares e pelo menos de um dos Governador de Distrito – Major Hélio Felgas – relatório esse em que dava conta da instabilidade da situação e dos meios necessários para a enfrentar. Salazar dava mais ouvidos aos Laras, Lagos e a outros que lhe apresentavam o que se passava em África de um ângulo demasiado optimista, ou pelo menos menos realista a que não devia ser estranho algum interesse pessoal que lá tinham... Assim, não terá tomado em consideração os relatórios militares, apenas concedendo pequena parcela da verba solicitada, mantendo o critério de que dinheiro para as Forças Armadas era mal empregado (lembro-me de ouvir referir isto, com a justificação de que o material sofisticado se tornava em pouco tempo obsoleto o que no fundo não deixa de ser verdade, mas tudo tem limites e à data de começar a guerra no Ultramar o Exército encontrava-se com as espingardas Mauser da Reorganização do Exército dos anos 30, as pistolas eram as Savage da 1ª Guerra Mundial e as pistolas-metralhadoras FBP davam alguns tiros e encravavam... Se não fosse o material NATO, não sei como seria...)

Entretanto com a verba concedida foram encomendadas a Israel as Pistolas-metralhadoras Uzi e foram-se formando várias Companhias de Caçadores Especiais para o primeiro embate que Salazar armado em defensor da Pátria e oportunista “enviou para Angola e em força”. Estas tropas, foram preparadas com a devida antecedência, pelo Ministro e Subsecretário do Exército que foram demitidos, sendo considerados negligentes na preparação de tropas para enfrentar a situação em Angola.

Meu pai, foi de facto para a Cova da Moura, tendo levado numa mala o uniforme e a pistola. Ali tinha sido distribuído algum armamento para a defesa do edifício.

Na reunião, que teve lugar às 17 horas do dia 13 de Abril, verificou-se a falta de alguns Comandos que, entretanto se consideraram fora da subordinação à hierarquia, visto terem sido demitidos os ministros da Defesa e do Exército, por informação transmitida pela rádio e TV, duas horas antes.

Meu pai disse-me que o General Botelho Moniz estava muito abatido e parecia vencido logo no começo da reunião. Perguntou a opinião dos presentes que também não ajudaram muito. De um modo geral, reconhecendo que a situação era agora mais desfavorável, mostraram-se hesitantes ou desfavoráveis. Decisivo foi a atitude do Comandante da Região Militar do Porto que telefonou dali para o Q.G. da Região ordenando o cancelamento das acções que estavam previstas. Quando foi a vez de meu pai se pronunciar, declarou “que sabia muito bem o que havia de fazer se tivesse qualquer Comando de tropas”, não sem incentivar os elementos presentes e lembrar a enorme adesão que os Comandos do Exército, da GNR, da PSP reconhecendo embora que “se tinha perdido muito tempo em se passar à acção, que deu origem a que alguns apoios desmobilizassem, como o do ministro do interior (General Arnaldo Schultz) e elementos da Marinha e Força Aérea (Almirante Sousa Uva e General Albuquerque de Freitas).

Efectivamente perdeu-se muito tempo. Logo que a carta do General Botelho Moniz foi divulgada e mais tarde entregue ao Presidente Américo Tomás, eu que me encontrava no Instituto de Altos Estudos, insisti junto do Capitão Sá Nogueira para que o General Botelho Moniz, de quem era Ajudante tomasse uma decisão sem demora, pois era conhecida a maneira de actuar das forças da situação. Que o General chamasse o meu pai de imediato, o que me foi dito “que na altura própria isso se faria conforme tinha sido acordado”

É claro que sucedeu o que o meu pai previra e o General Botelho Moniz acabou por ser ludibriado! Nada fazia prever tão grande falhanço, tanto mais que Botelho Moniz, que já tinha feito parte do Governo, conhecia muito bem os métodos do Regime para se deixar “embarrilar” com tanta facilidade!

Meu pai que não tinha conhecimento dos desenvolvimentos dos últimos dias só foi chamado poucas horas antes, e quando se dirigia para o edifício da Cova da Moura, teve a noção de estar tudo perdido. Mesmo assim sabendo que se ia “queimar”, não deixou de dar a cara, revelando a sua conviência com os dissidentes. Desta atitude, resultou que, além das demissões que já tinham sido anunciadas, não resultou qualquer detenção ou outra sanção, para os intervenientes. Pode calcular-se, o escândalo que seria a detenção do antigo Presidente da República!

Como o *seguro morreu de velho*, os passos do antigo Presidente da República passaram a ser devidamente “controlados”, a sua casa sujeita a vigilância de dia e de noite e o seu telefone em permanente “escuta”...